

ACADEMIA E DEMOCRACIA: a centralidade da educação na criação de uma consciência política ativa

JOÃO DUARTE ALBUQUERQUE

Introdução

O discurso é recorrente e já todos o memorizámos: antes dos períodos eleitorais, repetem-se os apelos à participação, à ida massiva às urnas por parte dos eleitores, ao seu empenhamento cívico num momento decisivo da vida democrática; após as eleições, sucedem-se as mais diversas explicações sobre a crescente diminuição da participação eleitoral e o compromisso de se estabelecerem novos mecanismos que fomentem esta participação. Que relação se pode encontrar entre o setor da educação – de nível intermédio ou superior – e este afastamento progressivo da participação eleitoral, sobretudo nas camadas mais jovens da população?

Poucos setores da área das políticas públicas terão mudado tão pouco num tão longo espaço de tempo como o da educação, seja ao nível básico e secundário, seja ao nível da academia. Mas, se o perfil e os modos de aprendizagem dos alunos parecem ter sofrido transformações rápidas nas últimas décadas, porque não se verificou correspondente evolução no perfil e modos de ensino? Para além disso, que mecanismos inovadores se têm implementado para fomentar a consciência cívica e política – há que dizer a palavra P com todas as letras – nos diferentes níveis de ensino, incluindo na academia?

Desde a Antiguidade Clássica e com as ideias socráticas, que se promovia a reflexão conjunta através da dúvida sistemática, passando pela Escolástica e a sua procura do pensamento racional, prosseguindo pelo Renascimento e, posteriormente, pelo Iluminismo, que a consolidação de um pensamento, que hoje se pode considerar como sendo o correspondente de um pensamento académico, andou intimamente ligado com a vida social de cada comunidade e, num sentido mais lato, de humanidade. À procura de conhecimento científico, independentemente da área do conhecimento ou saber, esteve sempre, indelevelmente, ligada a correspondente reflexão sociológica e política.

O período de expansão colonial das potências europeias, fruto dos avanços tecnológicos marítimos e militares da época, provocou uma profunda reflexão sobre a organização social e o posicionamento e diferenciação entre seres humanos, seja da relação entre brancos e negros, seja na própria essência e condição humana, seja na dimensão do exercício do poder. A consolidação dos avanços tecnológicos a nível militar, no século XIX, que permitiram um aumento da capacidade de mobilidade e expansão dos exércitos, coincidiram com o período de afirmação dos nacionalismos, que viria a conduzir, posteriormente, a duas Guerras Mundiais. O rápido desenvolvimento científico e tecnológico do século XX, sobretudo no período do pós-Segunda Guerra, é ainda mais exemplificador desta ligação entre aprofundamento da procura do conhecimento científico e de reflexão académica sobre a Pólis. A invenção da bomba nuclear despertou um intenso debate académico sobre a ética e a moral na ciência, que se prolongou ao longo das décadas subseqüentes, e persiste nos dias de hoje, originando aquela que terá sido a mais importante reflexão filosófica do século passado. Esse debate – sobre a dimensão ética

de certas descobertas ou invenções científico-tecnológicas, que vão desde as armas de destruição massiva às possibilidades de clonagem animal e humana – encontra, atualmente, paralelo em termos de dimensão no debate sobre as possibilidades da inteligência artificial e a forma como isso se liga com a dimensão e a condição humana.

Se olharmos para os desafios que atualmente enfrentamos, sejam os relacionados com a chamada quarta revolução industrial¹, sejam os relacionados com as alterações climáticas, sejam os de natureza mais iminente social e política, como a erosão dos sistemas democráticos ocidentais, facilmente percebemos que não podemos arriscar a ideia de uma academia desassociada ou distante da reflexão social e política da comunidade onde se insere. É aqui que começam os principais desafios ao nível do ensino e que resultam da proliferação da ideia de que o conhecimento científico deve ser apolítico^{2 3} ou a ideia de que caminhámos para o fim da história⁴, com o triunfo inegável de um bloco sobre o outro.

Ensino intermédio e superior: mais semelhanças que diferenças

No que diz respeito ao conhecimento sobre a oferta formativa, o fosso entre os ensinos básico e secundário e o ensino universitário tem, nos anos mais recentes, vindo a ser diminuído, através de estratégias de aproximação das universidades às escolas secundárias, procurando interligar experiências e uma crescente capacitação do conhecimento por parte dos alunos dos níveis intermédios de ensino da realidade académica. Infelizmente, o mesmo não poderá ser dito, ainda assim, de uma tão necessária aproximação entre níveis de troca de conhecimento científico e didático. Não obstante, persiste, entre estes dois níveis, uma diferença fundamental e uma característica perigosamente semelhante. A diferença fundamental verifica-se entre dois modelos totalmente distintos de metodologias de ensino, de avaliação, de aprendizagem e de relacionamento entre professores e alunos. A característica que aproxima os dois níveis é o seu perigoso – e contraproducente – afastamento de fomento da participação cívica e política dos alunos.

Foquemo-nos no primeiro ponto, o choque da passagem do ensino intermédio para o ensino superior. A tabela seguinte é um exemplo retirado de uma universidade canadiana, que sintetiza algumas das principais diferenças que se podem identificar entre os dois níveis de ensino, focados na distinção clara que é dada à componente de autonomia dos alunos num e noutra patamar:

//// 1 V. Klaus Schwab, *The Fourth Industrial Revolution* (Penguin UK, 2017).

2 «The myth of apolitical science | Science», acedido 8 de dezembro de 2019, <https://science.sciencemag.org/content/362/6418/1006.1>.

3 Francie Diep, «When Did Science Become Apolitical?», *Pacific Standard*, acedido 8 de dezembro de 2019, <https://psmag.com/news/when-did-science-become-apolitical>.

4 Francis Fukuyama, *The End of History and the Last Man* (Simon and Schuster, 2006).

Tabela 1 – Diferenças entre o ensino intermédio e universitário e seu impacto nos alunos

In what ways are university and high school different?

High School	University
Everyone attends class at the same time on weekdays	Your own schedule. You may have evening classes - occasionally Saturdays or online too - or days off.
Classes are all around 35 people.	Classe may be 10-450 people.
Light readings - that you can often skip - from textbooks.	Heavy required reading from textbooks, journal articles, website, and various others sources.
Everyone attends class at the same time on weekdays	Everyone attends class at the same time on weekdays
Everyone attends class at the same time on weekdays	Everyone attends class at the same time on weekdays
Everyone attends class at the same time on weekdays	Everyone attends class at the same time on weekdays
Everyone attends class at the same time on weekdays	Everyone attends class at the same time on weekdays

Fonte: <https://www.lib.sfu.ca/about/branches-depts/slc/learning/transition/high-school-university>

Naturalmente, estas diferenças aqui sintetizadas terão significativas variações consoante o estabelecimento de ensino e as metodologias didáticas adotadas, bem como os respetivos mecanismos de avaliação. Não obstante, o exemplo supracitado permite detetar, facilmente, como a expectativa existente em relação aos alunos do ensino superior assenta em 4 fatores: 1) a sua total autonomia de trabalho e método; 2) a sua capacidade de integração; 3) a sua adaptabilidade aos métodos vigentes e 4) a sua capacidade de reflexão e resolução de problemas.

Estes quatro fatores contrastam, na sua grande maioria, com a dinâmica que se estabelece nos níveis de ensino antecedentes, nomeadamente no básico e no secundário. A existência de diferentes momentos de avaliação de base “igualitária” – ou seja, em que os alunos são submetidos, simultaneamente, às mesmas provas de avaliação a nível nacional –, juntamente com o peso que estes momentos avaliativos assumem na avaliação global dos alunos no fim do ciclo secundário, condicionam a forma como o ensino intermédio acaba por ser orientado para este(s) momento(s) particular(es). Este condicionalismo provoca, por conseguinte, dois obstáculos aos alunos: por um lado, o facto de os exames serem iguais para todos os alunos, desconsidera os diferentes níveis de aprendizagem de cada um/a – desigualdades essas que têm, como demonstra o *Monitoring Report* da União Europeia sobre Educação e Formação⁵, raízes mais profundas nas condições socioeconómicas de origem –, perpetuando as desigualdades estruturais que existem em Portugal e em toda a Europa; por outro, o peso na avaliação global atribuído a estes exames levam os professores a orientarem uma parte fundamental do tempo letivo para

//// ⁵ «Education and Training in Europe: Member States Made Further Progress», Text, European Commission - European Commission, acedido 8 de dezembro de 2019, https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_18_6132.

a otimização de resultados dos alunos.

Esta necessidade de otimização do tempo letivo e a sua orientação para a produção de resultados, que se consubstancia na taxa de sucesso dos alunos nos exames nacionais (que condicionam, igualmente, o seu acesso ao ensino superior), leva a que o tempo dedicado a atividades não letivas seja desconsiderado ou reduzido ao mínimo. Desta forma, o investimento que poderia ser colocado no desenvolvimento de uma componente ligada à cidadania e à educação política, fundamental para capacitar os jovens para uma participação ativa na vida democrática e comunitária, acaba por ser descurado, privilegiando-se a dedicação à adoção de estratégias de resolução dos exames nacionais.

Não obstante as boas práticas existentes (como é o caso do Parlamento dos Jovens), às quais tem vindo a ser, nos últimos anos, atribuído uma crescente importância, este desfasamento de atenção dedicada a estas temáticas – que poderiam assumir carácter letivo e não letivo –, encontra eco no ensino superior. E este ponto coincidente entre o ensino intermédio e superior, que denota uma forte ausência de uma componente educativa ligada à cidadania e à participação cívica dos currículos escolares, choca frontalmente com os desafios que os jovens enfrentam atualmente e que são, em muitos casos, verdadeiros obstáculos a uma escolha e a um exercício de participação democrática conscientes.

A importância de uma consciência cívica e política ativa

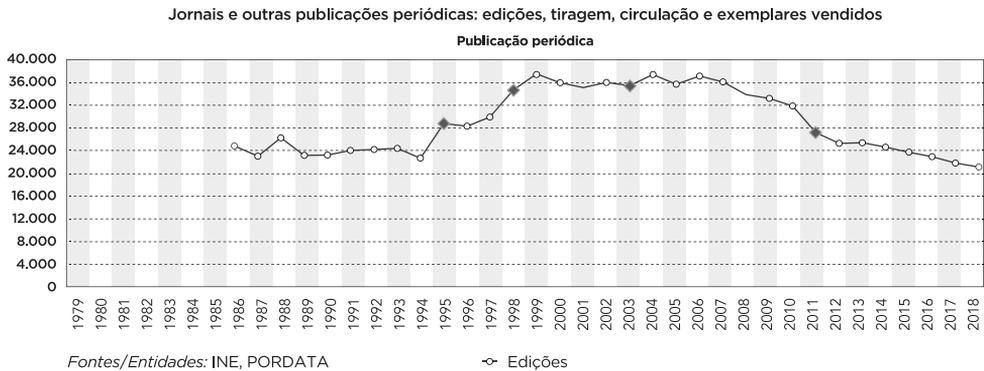
O exemplo mais premente é o relacionado com o fenómeno das *fake news*. Uma análise rápida pelos sites das principais agências noticiosas ou publicações periódicas permite-nos verificar a ameaça que a proliferação de informações falsas, genericamente designadas por *fake news*, representa para as democracias ocidentais, sobretudo em períodos eleitorais. As eleições dos Estados Unidos da América foram fortemente marcadas por suspeitas⁶ de condicionamento eleitoral por estados terceiros, com a intenção de influenciarem os resultados finais das mesmas. Fenómenos semelhantes têm-se verificado nas eleições do Reino Unido, dos países nórdicos e do Báltico ou nos Balcãs, com vários Estados a manifestarem a sua preocupação com interferências externas nos seus processos eleitorais internos.

O fenómeno das *fake news*, que não é de carácter isolado e, denotando contornos de uma complexa organização digital e de uma crescente evolução da capacidade tecnológica para a sua produção, é a maior ameaça atual às democracias tradicionais. A variação de obtenção de fontes de informação na generalidade da população dos países mais desenvolvidos, que se desviou das fontes tradicionais – jornais, revistas, rádio, televisão – para as redes sociais – *Facebook*, *Twitter*, *Reddit*, *Pinterest*, etc. – e que conduziu a um

//// ⁶ Suspeitas, entretanto, já confirmadas pelos relatórios produzidos pelo Senate Intelligence Committee em 2019. (1.ª parte: https://www.intelligence.senate.gov/sites/default/files/documents/Report_Volume1.pdf; e 2.ª parte: https://www.intelligence.senate.gov/sites/default/files/documents/Report_Volume2.pdf)

decréscimo acentuado da edição e tiragem de publicações periódicas (Gráfico 1), produziram alterações profundas na credibilidade da informação que é divulgada. Acresce a isto que, até à criação destas redes sociais, nunca tinha havido um meio de difusão de informação em massa com uma capacidade de alcance tão rápida e tão global.

Gráfico 1



A credibilidade da informação que consumimos é, indubitavelmente, fator preponderante para a garantia de uma condição democrática saudável, em que existe confiança entre decisores políticos, eleitores e meios de comunicação social. Esta triangulação, fundamental para a consolidação dos sistemas democráticos ocidentais tal como os conhecemos, incorre grandes riscos se não forem tomadas medidas que permitam mitigar, se não eliminar, o fenómeno das *fake news*. As alternativas que mais recorrentemente têm sido discutidas entre *policy makers* focam-se numa de duas soluções: 1) o controlo de conteúdo e informação divulgadas nestas redes (ou em sites que se fazem passar por publicações noticiosas) pelos próprios, ou seja, pelos agentes responsáveis pela divulgação; ou 2) o controlo do conteúdo através de agências estatais. Embora algumas soluções tecnológicas (através da análise e controlo dos algoritmos que estão por detrás destes sites) possam ser úteis no controlo de conteúdo violador das normas legais, a imposição de um controlo de informação atribuído a entidades privadas ou ao próprio estado podem, em determinadas circunstâncias, derivar para riscos de igual ou maior dimensão que o próprio fenómeno das *fake news*.

A alternativa a estas duas soluções pode e deve passar pela educação. A Finlândia tem, desde há alguns anos, um programa extenso de educação para a literacia digital⁷, que aposta na formação e na educação dos seus alunos para a compreensão da leitura da informação divulgada *online*. O modelo educativo é diferenciado consoante os níveis de ensino e começa numa idade bastante jovem, permitindo desenvolver um conjunto

/// ⁷ «Finland is winning the war on fake news. Other nations want the blueprint», acedido 9 de dezembro de 2019, <https://www.cnn.com/interactive/2019/05/europe/finland-fake-news-intl>.